

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI

ATA DA 266ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, o Conselho Municipal de Educação reuniu-se virtualmente por meio do aplicativo *Zoom*, nos termos da Deliberação CME nº 042/2020, *Ad Referendum*, para deliberar sobre as matérias de sua competência. A Sessão foi presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Educação, Professor Vinicius Gomes Wu. PRESENTES: André Antunes Martins, Evelyn dos Santos Souza, Iduína Edith Mont'alverne Braun Chaves, José Ambrósio da Silva, Luiz Fernando Conde Sangenis, Luiz Henrique Mansur Barbosa, Luiza Cristina Rangel Pinto Sassi, Marcela Bittencourt Thomaz de Aquino Escobar, Maria da Graça Silva de Souza Pinto, Maria Felisberta Baptista da Trindade, Marta Nidia Varella Gomes Maia, Mauricio Benevides Salkini, Nice Castro de Oliveira, Severine Carmem Macedo, Tatiana Castro Florito, Tatiana Ribeiro dos Santos, Thiago Soares Risso Possas, Wailã de Souza Cruz. AUSÊNCIA JUSTIFICADA: Bruno Gonçalves Ribeiro, Francisco de Assis Miranda da Silva, Helena Maria Vieira Amaral, Lilian Azevedo da Silva, Maquelize Blusque Elvis de Souza, Neuza Caldas Maia, Patrícia Emígdio dos Santos, Raymundo Nery Stelling Júnior. O Presidente deu início a 266ª Sessão Plenária do CME com boas vindas a todos os Conselheiros e demais presentes. Passando às **COMUNICAÇÕES DE INTERESSE GERAL**, o Presidente fez uma breve abertura, esclarecendo pontos que serão tratados na presente sessão, como a posse dos novos conselheiros representantes do Poder Executivo, bem como sobre as condições para o iminente retorno gradual e parcial às aulas presenciais na rede pública municipal de ensino. Explica que esta decisão foi tomada com base nas indicações do CME no ano de 2020 e das orientações das autoridades sanitárias. Informa que visitou com sua equipe todas as escolas que retornarão às atividades presenciais na modalidade híbrida e que retornará a cada uma para avaliar as condições do funcionamento. Passando às **COMUNICAÇÕES DO PLENÁRIO**, tem a palavra o Conselheiro Sangenis. O Conselheiro cumprimenta a todos e informa que é membro do CEC, que representa o segmento de pais do Ensino Fundamental no CME e que, recentemente, tornou-se membro do Fórum Estadual de Educação. O Conselheiro relembra que enviou uma carta aos conselheiros, por *email*, em que apresenta três pontos a serem considerados. O Conselheiro explana que o primeiro ponto trata do ensino remoto, que avalia estar impactado pelo mau funcionamento da plataforma adquirida pelo município e exemplifica citando a aula desta data que não pode ocorrer na Escola Municipal Anísio Teixeira. Outro ponto, segundo o Conselheiro, é a falta de previsão de entrega aos estudantes da rede municipal dos instrumentos necessários ao ensino remoto, em especial, o acesso gratuito à internet, a entrega de *tablets* para boa parte dos estudantes excluídos digitais que não conseguem acompanhar estas aulas desde o dia 24 de março. Quanto ao terceiro ponto, o Conselheiro refere-se às condições das escolas para o retorno. O Conselheiro, então, solicita que este ponto seja remanejado para a Ordem do Dia, posto que considera matéria pertinente ao Conselho Municipal de Educação, ressaltando os termos da Deliberação CME nº 043/2020. No que foi atendido. A palavra retorna ao Presidente que afirma que de fato o CME pode ajudar nesta questão. Quanto ao ensino remoto, o Presidente esclarece que a providência inicial foi promover os encontros internos por meio de seminários, estudos e reuniões, apresentando a Professora Tatiana Santos como a responsável pela organização destes encontros. Quanto à plataforma utilizada, justifica que ela foi contratada no ano de 2020 e que a nova equipe está buscando estabelecer um processo de implementação e efetivação desta plataforma. O Presidente afirma que acompanha regularmente a inserção dos conteúdos, que um de seus assessores é responsável por analisar e aperfeiçoar a plataforma, que tem sido feita uma cobrança sistemática à empresa que venceu o certame no ano passado e afirma que contar com uma plataforma própria é uma questão importante neste período. Aponta ainda o argumento para não utilizar uma plataforma como a *Teams*, por exemplo, justificando como uma perda de autonomia no que se refere às estratégias pedagógicas e que se perde ainda a possibilidade de implementação de políticas públicas que permitam assegurar o pleno acesso dos alunos e dos professores da Rede Municipal. Informa também que outra licitação que está em curso é sobre dados patrocinados, ou seja, oferecer o pagamento pelos dados consumidos, e isso só é possível se tiver uma plataforma própria. Salaria ainda que há preocupação com as incorreções que ocorrem e que nesta data já foram feitos alguns ajustes à plataforma. O Presidente resume indicando que as providências quanto à familiaridade e à não familiaridade com a plataforma também compõem este conjunto de problemas e que, para resolver, pretende-se oferecer formação, conectividade e equipamentos para alunos, escolas e professores, propondo-se uma política de inclusão digital, com licitação de equipamentos já em curso. O Presidente destaca, entretanto, que a mera aquisição de equipamentos não resolve a situação da utilização pedagógica destes equipamentos; que o ensino híbrido também não se resolve apenas com a distribuição de equipamentos e conectividade. Afirma que é preciso buscar desenvolver o processo de formação continuada, focada no desenvolvimento do ensino híbrido; é preciso conscientizar pais, mães e responsáveis para o uso pedagógico dos equipamentos que serão distribuídos; é preciso construir uma nova cultura escolar e avançar em alguns conceitos que são muito caros aos pensadores da educação que é a ideia da aprendizagem

significativa, colocando o aluno no centro do processo de aprendizagem, de colocar também o processo de integração com as famílias como elemento chave, central no desenvolvimento das políticas educacionais da cidade. O Presidente informa que em sua gestão estão procurando desenvolver uma estratégia que passa por uma rede de bolsistas que vão auxiliar os professores no desenvolvimento de atividades pedagógicas online. As dificuldades com as atividades online devem ser refletidas pelas escolas, que devem buscar seu próprio caminho, considerando que as desigualdades vêm se agudizando, entre as escolas e dentro de cada uma delas. Sobre as condições de retomada, explica que o motivo de não retornar nesta data, foi a possibilidade da greve dos rodoviários. Informa que sete escolas serão abertas, que já esteve em todas elas, assegurando que elas vão cumprir as diretrizes do CME. Informa ainda que as escolas irão iniciar com um número reduzido de alunos e de salas, com revezamento e horário reduzido também. Destaca que será feito um acompanhamento sistemático, garantindo que ao final da semana irá retornar a cada escola para fazer uma avaliação com professores e direções escolares, mediante esta avaliação dar sequência ou rever e paralisar as atividades, se for o caso. Destaca ainda que a equipe foi em todas as escolas fazendo um acompanhamento localizado, buscando soluções com base em seus planos locais. Explica que nem todos os problemas de infraestrutura serão resolvidos de uma hora para outra, mas que foram implementadas várias intervenções nas escolas, com escolas praticamente reinauguradas e que neste momento o que se deve observar são as condições sanitárias. Destaca que o número de crianças será reduzido e que procuram não impactar o movimento na cidade. Informa ainda que equipamentos de segurança foram distribuídos nas escolas e que foi realizada sanitização das escolas, que foi resolvido alguns problemas relativos à limpeza das escolas, procurando, em suma, garantir a fixação destes protocolos. Destaca que Niterói está investindo em compra de vacinas, aguardando pronunciamento da ANVISA, e que esta providência, associada à inclusão dos profissionais da Educação como grupo prioritário, traria mais tranquilidade para o trabalho. O Presidente passa a palavra ao Sr Marco Konopacki, assessor na SME, para informe sobre a plataforma. O Sr Marco informa que foi observada a instabilidade do sistema, mas que já foram construídas ferramentas para monitorar o desempenho da plataforma, com base na experiência de professores e alunos no seu uso. Observa ainda que foi realizado um encontro com a empresa responsável e apontados os problemas e solicitadas soluções em prazo determinado. Destaca que a quantidade de relatos sobre problemas diminuiu nesta data, mas que é importante que as pessoas abram chamados de reclamação na medida em que os problemas ocorram para que hajam as intervenções necessárias. A palavra é devolvida ao Conselheiro Sangenis que relata que embora reconheça as providências, os problemas persistem. Relata ainda sobre a dificuldade de resposta aos e-mails, solicitando um canal para as reclamações e reitera o pedido de inserção na ordem do dia o terceiro ponto que destacou em sua fala inicial, agradecendo ao final as explicações oferecidas. A palavra é passada a Conselheira Marta. A Conselheira questiona um canal de comunicação para profissionais e familiares sobre a plataforma, se existe ou não existe. Outra questão apontada é o recente corte das duplas regências na Rede Municipal. Outra ainda é que, embora seja contra o retorno, gostou de ouvir sobre a cautela neste processo, considerando as informações sobre a situação das cidades do entorno, em especial a do Rio de Janeiro, apontando sua preocupação. Questiona também como ficou a questão da instalação do Fórum Permanente de Educação e sua composição, tema tratado na última reunião. Relata ainda que os profissionais da Rede vêm reclamando a falta de comunicação com a SME, em que dizem não receber ofícios esclarecendo, por exemplo, se sua escola volta ou não às aulas presenciais. A Conselheira continua sugerindo uma palestra com o Professor Luiz Carlos Freitas da UNICAMP para trazer esclarecimentos sobre o conjunto de propostas do município de Sobral, considerando as informações divulgadas na mídia de que Niterói teria intenção de adotar políticas que se assemelham àquelas adotadas pela cidade de Sobral, caso as informações procedam. A palavra retorna ao Conselheiro Sangenis que compartilha a notícia da reunião do CONAPE no próximo dia 29 às 9 horas e que seria interessante algum conselheiro inscrever-se. Retornando à palavra, o Presidente explica que já existe algumas ações para melhorar a comunicação da SME, mas que é informado em tempo real às Direções das escolas, observado fluxos melhores e outros com alguns problemas e buscar desenvolver mecanismos mais eficientes, apesar do momento atual de pandemia. Argumenta ainda que não há como neste momento adotar medidas inflexíveis, posto que é preciso considerar as condições sanitárias apontadas pela Secretaria de Saúde. Afirma que avaliações são feitas a cada semana, e se for necessário, são alterados os indicativos ainda que rapidamente, considerando inclusive um eventual recrudescimento da pandemia, o que poderá significar recuos, se for o caso, considerando o respeito à vida e a responsabilidade que se tem tido na cidade de Niterói. O Presidente aponta que a ideia do contato com as famílias é uma ideia muito razoável. A Conselheira Marta solicita um aparte. Aparte concedido, a Conselheira observa que a rede social não é apropriada para um órgão oficial na divulgação de acontecimentos, considerando a existência de *fake news* e elenca situações em que os profissionais não sabem se a escola irá abrir. Sugere equilíbrio nas comunicações como medida saudável. O Presidente reafirma a importância dos meios digitais e relata sua própria experiência acadêmica de pesquisa com

o tema. Reitera ainda que a SME possui planejamento para os próximos 4 anos, mas que no que se refere às condições de retorno às aulas presenciais o planejamento é flexível, considerando a pandemia e as mutações provocadas por ela. Reitera também a importância da cogestão, gestão compartilhada, e aponta o CME como um espaço para Conselheiros e Conselheiras contribuírem com a busca de soluções. Acerca da cidade de Sobral e a sugestão oferecida, o Presidente afirma que podem ser idealizados vários debates, mas a SME tem muita clareza do que pretende para os próximos anos e solicita à Secretária do CME que compartilhe um artigo seu em que faz uma síntese do grande desafio para a cidade de Niterói, que acompanha o programa de governo. Afirma que Niterói avançou muito na valorização dos profissionais da Educação, com um bom Plano de Carreira, avançou também em sua rede física, temos uma rede de escolas invejável se comparada a outras redes de outras cidades. Destaca que precisamos buscar a melhoria da qualidade da Educação, das situações de ensino e de aprendizagem, garantir a alfabetização na idade certa. Para tanto, haverá muito trabalho e discussões para desenvolver a melhor estratégia pedagógica e este Conselho certamente pode ajudar muito. O Presidente passa a palavra a seu assessor Sr Marco que informa que já foi implementado um canal entre a SME e professores e Diretores da Rede no *Telegram*, complementar ao atendimento. Ressalta que é importante que ao ter problemas que as pessoas abram um chamado. Informa ainda que dentro da Niterói Rede há um ícone para pedido de ajuda, porque é uma obrigação contratual da empresa oferecer suporte e resolver os problemas daqueles que acessam. Ao mesmo tempo há uma equipe estimulando uma rede de colaboração dentro deste processo. Afirma também que talvez seja possível ampliar a participação de pais e responsáveis. A Conselheira Marta pergunta se o *Telegram* é uma forma popular de comunicação, se os pais acessam o *Telegram*. O Sr Marco informa que, apesar de não possuir dados estatísticos sobre a questão, o aplicativo lhe parece ser tão popular quanto o *what'sapp*, além disso, permitiria um número maior de pessoas. A Conselheira Marta comenta que o aplicativo popular entre os pais e responsáveis é o *what'sapp*. O Presidente intervém e explica que a opção pelo uso do *Telegram* foi para oferecer certa distinção do aplicativo entre os Diretores, considerando os muitos grupos de *what'sapp* que frequentam e por suas funcionalidades. O Presidente explica que em relação aos pais isto ainda não havia sido pensado, e que a estrutura de comunicação da SME está sendo pensada, para melhorar que outros profissionais da escola tenham acesso à informação. Avalia ainda que a comunicação no interior das escolas varia, com maior ou menor significado, e que a maior comunicação implica em melhoria no trabalho pedagógico. Avalia também que é preciso melhorar a comunicação em vários aspectos incluindo a da SME e que para isso a gestão vem mudando equipe, mudando estrutura. O Presidente passa a palavra à Conselheira Tatiana, Diretora Pedagógica da Rede. A Conselheira destaca a importância e a honra de estar no CME. Explica que assumiu um compromisso de mudança com a nova gestão e que entende as expectativas, em especial, a do Prof. Sangenis, como pai de aluno da Rede, que compreende os questionamentos e expressa a preocupação que têm tido com todos os profissionais da Rede. Aponta que, apesar de se ter um planejamento, precisam pensar um dia de cada vez. Avalia que a comunicação com as escolas precisa mesmo ser melhorada e resgata a ideia das equipes de referência. Relata o trabalho que têm feito com as escolas que estão retornando, apontando o contato desenvolvido com os profissionais destas escolas, ouvindo, sugerindo, demarcando espaços, observando a melhor forma de implementar este retorno. Afirma a importância da participação de todos neste processo e que ouvir a escola é fundamental. Informa que as duplas regência estão sendo liberadas, superando o problema de cargas horárias junto ao Tribunal de Contas. Elas estão sendo liberadas na medida em que as unidades estão realizando as atividades pertinentes à carga horária. Todas as questões estão sendo analisadas, com diálogos com as Direções, com análise de propostas, em reuniões com Pedagogos, revendo documentações, organizando os cadernos, dentre outras. Afirma que a parceria para pensar junto é importante neste momento. A palavra é passada à Conselheira Luiza que agradece a participação e compartilha como pedagoga da Rede que o ano de 2020 foi difícil para implementação do trabalho pedagógico, mas que no ano 2021, o discurso da FME/SME e as ações mais imediatas com melhoria dos acessos e de posse dos materiais demonstram a melhoria dos processos. Indica uma estimativa de 45% de acesso à plataforma, diferente dos 7% do ano anterior e 90% de acesso aos materiais impressos. Afirma que apesar de ainda precisar melhorar e as diversas realidades, observa um movimento diferenciado no ano em curso. A Secretária Executiva do CME informa, sobre o Fórum Permanente de Educação, que as sugestões foram analisadas e incorporadas e serão enviadas aos Conselheiros. Esclarece também que o Fórum ainda não foi instalado em razão de ser um desejo da gestão que seja em modo semipresencial, modelo que depende dos cuidados mediante a pandemia, mas que os Conselheiros serão avisados assim que estiver instalado. A palavra é passada ao Conselheiro Maurício. O Conselheiro sugere estabelecer uma antecedência para avisar o retorno de cada escola, sugere também a participação do Secretário nas *lives* do Prefeito e sugere enfim, pensar num programa de reforço escolar com a participação de bolsistas. Passando à **ORDEM DO DIA**, é promovida a votação da Ata da 265ª Sessão Plenária, que foi aprovada. Dando continuidade à pauta, é apresentada, como iniciativa do Presidente, uma Moção de Agradecimento aos

Conselheiros que deixaram o CME nesta gestão. O Presidente destaca que acha importante o reconhecimento da participação no CME, valorizar estes Conselheiros e os próximos. A Secretária Executiva faz a leitura do texto. A Conselheira Marta propõe a substituição do termo qualidade. O Presidente destaca que a expressão tem sentido específico para a nova gestão e resolve retirar a proposta de Moção, por entender que, sem consenso, o conceito do termo deveria ser discutido, precisando de tempo especial para isso. A Professora Felisberta sugere uma homenagem póstuma ao Conselheiro Jorge Najjar, falecido no mês de setembro de 2020. Sugestão aprovada. Continuando a pauta, passa-se à posse dos seguintes novos Conselheiros, representantes do Poder Executivo Municipal, apresentando-se a publicação do decreto de nomeação nº 14.001, de 24 de abril de 2021: Thiago Soares Risso Possas - suplente, Luiza Cristina Rangel Pinto Sassi - titular, Tatiana Ribeiro dos Santos - suplente, Mauricio Benevides Salkini - titular, Severine Carmem Macedo - suplente. A Secretária informa que hoje também tomaria posse o Conselheiro Bruno Gonçalves Ribeiro, mas, em razão de uma enfermidade, não pode estar presente. O Presidente retoma a palavra e agradece às Conselheiras Professora Iduína Edith Mont'alverne Braun Chaves e a Professora Maria Felisberta Baptista da Trindade que permanecem como conselheiras representantes do Poder Executivo e dá boas-vindas aos novos conselheiros. O Presidente destaca a relevância da participação nestes mecanismos que se tornam elementos centrais na construção de políticas públicas sólidas. O Presidente afirma que inclusive as ações deste Conselho devem ter mais publicidade, compartilhando com a cidade boa parte do que é discutido aqui. Expõe que o CME é um espaço de regulação da Educação na cidade e de produção de políticas para Niterói e que deve combinar com outros espaços de participação social, de corresponsabilização e cogestão das políticas públicas. Aos Conselheiros é concedida a palavra, e aproveitam para agradecer a oportunidade, felicitar a Professora Felisberta e expressar suas trajetórias, experiências e desejo de contribuir com as políticas educacionais de Niterói. Prosseguindo a pauta, a Secretária Executiva do CME explica o funcionamento das Câmaras permanentes do CME e solicita que os novos Conselheiros apontem seu desejo de compor estas Câmaras. Pelo chat, os Conselheiros registram sua inscrição em cada Câmara, assim disposta: Planejamento e Orçamento: Conselheiros Mauricio, Thiago, Luiza, Severine e Tatiana; Legislação e Normas: Conselheira Tatiana; Educação de Jovens e Adultos: Conselheiros Mauricio, Thiago e Severine; Ensino Fundamental: Conselheira Luiza. A Conselheira Severine solicita os documentos já produzidos. A Secretária informa que os documentos serão enviados aos Conselheiros. Dando prosseguimento à pauta, a Secretária informa que há a solicitação de representação de um Conselheiro do CME no Conselho do FUNDEB. Informa-se que o representante, até o momento, foi o Conselheiro Mansur, que já cumpriu o seu mandato. A Conselheira Luiza se oferece para representar e o Conselheiro Mauricio também. Sendo assim, fica aprovada a indicação para representação do CME no Conselho do FUNDEB a Conselheira Luiza, como titular e o Conselheiro Mauricio como suplente. Em prosseguimento à pauta do dia, passa-se à votação de processos. Processo nº 050/0035/2019 - Instituição: ESPAÇO BABY CRECHE ESCOLA LTDA ME - RELATORIA: Luiz Henrique Mansur Barbosa. VOTO DA RELATORIA, aprovado pela Câmara de Legislação e Normas: Diante do exposto, manifesto-me favoravelmente à realização de procedimentos para o encerramento a pedido das atividades de Educação Infantil oferecidas pela unidade educacional ESPAÇO BABY, mantida pela pessoa jurídica ESPAÇO BABY CRECHE ESCOLA LTDA ME, autorizada a funcionar em imóvel situado na Rua Almirante Tamandaré, nº 105, Piratininga, Niterói, RJ. Indico que o Ato Autorizativo enunciado pela Portaria SEMECT nº 05/2018, publicada em 10 de abril de 2018, seja revogado e que sejam adotadas as providências legais cabíveis. O Parecer foi aprovado. Processo nº 050/0120/2016 - Instituição: NATHALIA CARVALHO RESTIER DA SILVEIRA - RELATORIA: Maria Felisberta Baptista da Trindade - VOTO DA RELATORIA aprovado pela Câmara de Legislação e Normas: Voto favoravelmente à autorização de funcionamento da Educação Infantil, solicitada pela pessoa jurídica NATHALIA CARVALHO RESTIER DA SILVEIRA, entidade mantenedora da instituição EDUCARTE BABY, no imóvel situado Rua Presidente João Pessoa, 386, Icaraí, Niterói, RJ, para a faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, em regime de horário parcial e integral, com capacidade total de matrícula de 70 (setenta) crianças, sendo 50 (cinquenta) em horário parcial e 20 (vinte) em horário integral. Considerando a faixa etária atendida e os dispositivos legais pertinentes, indica-se que sejam assegurados os estudos dos alunos da pré-escola a partir do ano letivo de 2016, nos termos da legislação em vigor. O Parecer foi aprovado. Passando ao último ponto de pauta, insere-se a solicitação do Conselheiro Sangenis. O Conselheiro cita o art. 19 da Deliberação CME nº 043/20 em que as indica que as escolas devem constituir um comitê local para monitorar e avaliar o processo de retorno às aulas presenciais, garantindo a participação dos Conselhos Escolares para monitorar e avaliar o processo de retorno às aulas presenciais. Explica que estas sete escolas que iniciam as aulas amanhã já deveriam possuir este comitê e crê que elas não possuem. Afirma que pode falar pela EM Anísio Teixeira, onde é membro do CEC e a escola não possui este Comitê Local. O Conselheiro sugere que sejam escolhidos 3 Conselheiros para somar com a equipe da SME e isso pode também ser de forma remota, mas que o CME estivesse acompanhando este retorno. O Conselheiro aponta ainda o art. 17, III da citada Deliberação, que aponta a necessidade de treinamento dos profissionais da

educação para aplicação dos protocolos de higienização e prevenção. Sobre este ponto, o Conselheiro afirma que nenhuma das sete escolas teve este treinamento. O Conselheiro afirma ainda que apenas houve uma reunião na semana passada com a equipe pedagógica das escolas, mas treinamento não ocorreu. O Conselheiro prossegue e aponta o fluxograma previsto no art. 9º da Deliberação, explicando que trata dos cuidados quando a criança apresentar algum sintoma. Segundo o Conselheiro as Diretoras não conhecem este fluxograma, que elas precisam acionar alguém da saúde, mas não sabem quem. O Conselheiro questiona porque a escola pública deveria começar assim. O Conselheiro exemplifica e lembra que o Conselheiro Mansur participou de *live* sobre o retorno e que os argumentos foram fortes contra as escolas privadas. Afirma ainda que o protocolo precisa estar na ponta da língua para começar. O Conselheiro prossegue e cita o art. 6º da Deliberação em tela, que prevê *orientar previamente alunos, profissionais da instituição e famílias quanto ao retorno, especialmente sobre os cuidados sanitários*. O Conselheiro, como pai, cita seu próprio exemplo e diz que não recebeu qualquer orientação. O Conselheiro informa que se deteve nestes artigos, mas que a lista é maior. Destaca que deve haver rigor nos protocolos. Informa ainda que mostrou que nenhuma destas diretrizes estão sendo cumpridas. O Conselheiro reitera o pedido de que 3 Conselheiros possam integrar este grupo que vai acompanhar a abertura das escolas. A Conselheira Luiza solicita a palavra. A Conselheira destaca que em 2020 foi encaminhada às escolas a orientação de preparar os planos locais, em que deveria constar o comitê responsável, citado no art 19 da Deliberação. A Conselheira apresenta, a exemplo disso, como pedagoga de uma das escolas da rede, o plano local de sua escola e aponta esta definição. O Conselheiro Sangenis intervém e aponta que a escola que sua filha frequenta não possui este comitê, solicitando que naquele momento seja apresentado este comitê a ele, que está falando como pai de aluno, que deseja ser respeitado, que as diretrizes foram produzidas e publicadas em diário oficial, se vão ser abertas as escolas, isto deve estar pronto. A Conselheira Tatiana intervém e expõe que é preciso ver com a Direção da escola. O Presidente intervém e aponta que este é o espaço do Conselho, não é uma assembleia do sindicato ou outro conselho. Aponta que o Conselheiro também possui responsabilidade, questiona como o Conselheiro poderia ajudar, como poderia colaborar. O Conselheiro responde que está à disposição. O Presidente responde que irá chamá-lo. O Presidente destaca que o Conselho é um espaço de cogestão, de corresponsabilização, de debate e que é preciso haver respeito. O Presidente convoca à participação, a colocar-se como responsável. Afirma que não é um espaço de apresentação de demandas, é espaço de corresponsabilização entre Estado e sociedade. O Presidente destaca que reivindicações sindicais devem estar nos espaços próprios para isto. Afirma ainda que a SME pode atendê-lo na condição de pai e que uma reunião poderá ser providenciada para atendê-lo, mas que este é um espaço de corresponsabilização, de cogestão. O Presidente destaca que o Conselheiro poderá compor a comissão que visita as escolas, mas que devem ser separados os espaços; que se o Conselheiro deseja fazer uma reivindicação na condição de pai ou de sindicalista pode pedir uma audiência ao Secretário de Educação. O Presidente reafirma que o tema aqui é outro, que o tema aqui é como construir os protocolos e as diretrizes propostas pelo Conselho, que para isto a equipe da SME está à disposição, para responder e para fazer os ajustes com a colaboração dos Conselheiros e Conselheiras que puderem assim participar. A Conselheira Marta solicita a palavra. A Conselheira aponta que se solidariza com o Conselheiro Sangenis, que ele representa o segmento de pais e que terá a própria filha indo para a escola e deseja ter segurança do que está acontecendo. A Conselheira afirma que não há uma ampla execução do que foi deliberado nas Diretrizes. Reitera que as Diretrizes foram indicadas para as escolas públicas e privadas. Aponta que se há a indicação da constituição do Comitê nas escolas, o Conselheiro, como representante do segmento de pais, tem o direito de saber nominalmente e cobrar. A Conselheira endossa que deste Conselho deve sair sim um comitê que irá acompanhar como sociedade civil organizada o retorno nestas escolas. A Conselheira recorda que o Presidente anunciou que o retorno seria de forma organizada, escalonada e planejada que seria este retorno, mas que escuta o pai dizer que desconhece todos os procedimentos e processos. A Conselheira afirma que irá continuar com as questões da Deliberação, fazendo a leitura do parágrafo único do art. 6º que *as instituições educacionais devem garantir aos seus professores e aos demais profissionais da educação o acesso a seus ambientes de trabalho antes dos alunos, de modo a terem o tempo suficiente para que possam planejar, construir os protocolos de trabalho e cuidado e participar de formações com a Educação, a Saúde, a Psicologia e a Assistência Social*. A Conselheira questiona se isto está acontecendo. A Conselheira resume e destaca ações como diálogo, sobrecarga de professores, dentre outras. A conselheira cita a FIOCRUZ e questiona sobre contágio, elencando, a quem comunicar, quais são as ações para rastreamento do contágio, quem contaminou quem, e parâmetros claros para saber quando uma escola será fechada, se é com uma suspeita, se é com uma confirmação, cinco confirmações, três de criança, duas de adulto, se é o turno que fecha, se é a escola que fecha. Continua e aponta que a sociedade da cidade tem o direito de saber quais são os parâmetros concretos de segurança. A Conselheira argumenta sobre a importância de se conhecer as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, aconselhando seu conhecimento. Complementa que o trabalho na

Educação Infantil se baseia em interações e brincadeiras, que há muita produção teórica sobre o tema. A Conselheira afirma que o que se está propondo para a Educação Infantil é uma criança em cada mesa, isolada das outras, professor fala e ela executa, e que isto não é Educação Infantil. Sugere que se assista aos encontros do Fórum Permanente da Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro para aprofundamento da questão e as discussões do MIEIB. A Conselheira destaca que os estudiosos apontam que neste momento não se deve deixar jogar fora toda a produção teórica que se tem para se reimplementar uma Educação Infantil preparatória, diretiva, condicionante. O Conselheiro Thiago solicita a palavra. O Conselheiro reafirma que os planos locais foram construídos no ano de 2020 e que precisa ser avaliado o cumprimento, inclusive se a escola publicizou o documento. Explica que as demandas do Sindicato vêm sendo feitas com base nos planos locais. O Conselheiro lembra que um documento da Secretaria de Saúde já prevê as situações em que um turno da escola, ou a escola deveria fechar, na hipótese de casos de contaminação. O Conselheiro concorda com o reenvio destes documentos. O Conselheiro destaca a importância das Unidades de Saúde de Referência, pois são importantes para rastreamento dos casos. O Conselheiro ressalta também a importância de se discutir como está sendo construída a avaliação do ensino e da aprendizagem neste modelo híbrido. O Conselheiro Sangenis solicita a palavra, desculpa-se por sua exaltação, justifica-se dizendo que é Conselheiro e que sua filha está matriculada na escola pública. Reafirma que na escola os profissionais não foram treinados, que a diretora não sabe a quem vai se reportar. A palavra retorna ao Presidente. O Presidente informa que a SME mobilizou as equipes, foram a todas as escolas, orientou-se as diretoras escolares, orientou-se a professores e que pessoalmente reuniu-se com professores de duas das unidades que vão abrir e garante que nas escolas que serão abertas haverá o cumprimento dos protocolos sanitários e que, se houver alguma dificuldade, serão realizadas reuniões na sexta-feira para avaliar e revisar a abertura destas escolas. A palavra é passada à Conselheira Tatiana. A Conselheira solidariza-se com o Conselheiro Sangenis e explica que assume o compromisso de inteirar-se dos Planos Locais e que isto será uma cobrança às Direções das escolas e também saber se foram publicizados estes comitês. A Conselheira expressa que estes comitês não são apenas de fiscalização, mas também de apoio e suporte. A Conselheira convida aos Conselheiros a acompanhar a SME na visita a estas escolas para analisar, não só nas escolas que vão abrir, mas a qualquer uma delas com planejamento futuro de abrir. A Conselheira afirma que vai preparar em pdf os arquivos dos planos locais para serem encaminhados aos Conselheiros. A Conselheira Marta destaca que toda a exposição que o Conselheiro Thiago fez deveria estar publicizada. A Conselheira argumenta que foi dito pela Conselheira Tatiana que não há certeza se há Comitê Local nas escolas. A Conselheira Tatiana esclarece que começou seu trabalho no dia 17 de março e que ainda não tem certeza da existência dos Comitês Locais. A Conselheira Marta argumenta que era preciso ter certeza da existência dos Comitês para poder abrir as escolas. A Conselheira Tatiana argumenta que é responsabilidade de todos. A Conselheira Marta dá um aparte de sua fala ao Conselheiro Sangenis. O Conselheiro explica que está em contato com diretores e CEC todos os dias e que não há o Comitê. O Conselheiro questiona qual é o canal institucional para falar com o Secretário, pois enviou e-mails que não foram respondidos. Afirma que não traria o assunto ao CME se tivesse sido ouvido anteriormente. O Conselheiro destaca que não está dizendo que não é para não abrir a escola, reconhecendo que há pais que desejam que sejam abertas, mas que para abrir os protocolos devem ser cumpridos. A palavra retorna a Conselheira Marta que solicita que a SME disponibilize os planos locais estejam em uma página pública; que seja constituída uma comissão do CME para o trabalho já descrito. A Conselheira encerra sua fala declarando que considera que o Sr Secretário se comportou de forma antidemocrática em dois episódios. A Conselheira Luiza solicita a palavra. A Conselheira apresenta o Plano Local de sua escola e algumas partes que o compõe. No Plano, a Conselheira aponta algumas questões que foram levantadas como nome do responsável pela ação, para onde deve ser encaminhada a situação emergencial surgida, desejando ilustrar o que traz o plano local, sem saber informar se outras escolas o possuem desta forma. O Conselheiro Thiago solicita a palavra. O Conselheiro afirma que todas as escolas possuem o plano local, inclusive é com base nele que está sendo construído o planejamento deste retorno, mas acredita que não existe uma receita é uma forma de ampliar o monitoramento. O Conselheiro reforça que o CME precisa construir elementos de avaliação. Complementa indagando o que o CME entende por ser importante neste momento de mensurar este processo de retorno das aulas presenciais. Destaca que é importante garantir um processo educacional de urgência. Acredita que a publicização do documento é importante e que nenhuma escola irá se furtar de prover esta informação. Afirma que as escolas irão abrir com um trabalho seguro de monitoramento. Afirma também que o acompanhamento durante a semana e a avaliação da sexta-feira ajuda a SME a crescer como instituição. O Conselheiro afirma que na necessidade de aperfeiçoar um protocolo, isto será feito. Destaca que acaso tenha uma demanda grande de crianças no retorno, isto deverá ser conversado com as famílias e o processo reorganizado. Indica ainda a preocupação com a defasagem das aprendizagens neste período. Afirma que Niterói trabalha com indicadores técnicos não políticos. A Palavra retorna ao Presidente. O Presidente conclui a sessão afirmando que é um

pesquisador da democracia e que suas ações não têm relação com ser antidemocrático. O Presidente relata suas experiências com a participação e coordenação de Conselhos. O Presidente reafirma que participa de qualquer debate e que não é antidemocrático. Destaca que irá garantir o funcionamento democrático do CME. Ressalta que pretende instituir vários mecanismos de participação na SME, digital inclusive. Argumenta que não é nesta sessão aqui que se esgotarão todas as questões. Afirma que o que está em jogo aqui é o compromisso da SME, da Prefeitura, da Fundação no sentido de garantir o atendimento aos protocolos sanitários estabelecidos. Destaca que os Conselheiros que assim desejarem estão convidados a acompanhar o cumprimento destas diretrizes, acompanhar como vai ser este processo de retomada das aulas presenciais. Afirma que estão trabalhando, com muito cuidado, com muita atenção e responsabilidade. Analisa que Niterói não é uma ilha e que várias cidades do entorno já retornaram às aulas presenciais. Exemplifica citando a situação de as escolas privadas de Niterói já terem uma experiência sobre o retorno das atividades presenciais, com consolidação de protocolos. Segundo o Presidente, não houve em razão deste retorno uma explosão de casos como se anunciava. Reitera que a gestão está aberta ao diálogo, que não se imputará a esta gestão o autoritarismo, porque este argumento não se sustentará. O Presidente aponta que na democracia também há método, há respeito à fala do outro, há espaços diferenciados, com forma diferenciadas de participação. Reitera que aqui é um conselho e é assim que se deseja agir. O Presidente resgata a situação e afirma que no caso da moção, conforme sua experiência, se aprova por unanimidade. Explica que no caso, uma das conselheiras propôs uma alteração que foi aceita, mas a conselheira trouxe um veto a um termo que estava presente na moção. Afirma que o que é feito, de praxe, é que as moções são retiradas para em um outro momento onde o debate possa ser aprofundado. Reafirma o Presidente que está é uma ação comum em todos os conselhos. O Presidente aponta que a gestão tem um projeto, que está aberto ao diálogo, que assim se comportará em reunião com sindicatos, com pais, com professores, com quem for. Que a gestão deseja planejar e construir de forma democrática. Destaca que não tem compromisso com nenhum grupo específico e não tem nenhuma pretensão de transformar a SME em um espaço fechado, deseja trazer quem quer colaborar. Revela que há membros de sua equipe que foram trazidos pelo trabalho que realizam. A pedido do Presidente, a Secretária Executiva informa o dia 31 de maio de 2021 como a data da próxima sessão plenária. A 266ª Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação de Niterói é encerrada com agradecimento à participação dos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, eu, Cíntia da Luz Rodrigues, lavrei a presente ata, que será assinada, por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros, depois de aprovada.

Niterói, 26 de abril de 2021.

Cíntia da Luz Rodrigues
Secretaria-Executiva do CMEN

Vinicius Gomes Wu
Presidente do CMEN

André Antunes Martins

Evelyn dos Santos Souza

Iduína Edith Mont'alverne Braun Chaves

José Ambrosio da Silva

Luiz Fernando Conde Sangenis

Luiz Henrique Mansur Barbosa

Luiza Cristina Rangel Pinto Sassi

Marcela Bittencourt Thomaz de Aquino Escobar

Maria da Graça Silva de Souza Pinto

Maria de Fátima Barros Pimenta

Maria Felisberta Baptista da Trindade

Marta Nidia Varella Gomes Maia,

Mauricio Benevides Salkini

Nice Castro de Oliveira

Severine Carmem Macedo

Tatiana Castro Florito

Tatiana Ribeiro dos Santos

Thiago Soares Risso Possas

Wailã de Souza Cruz
